

XXIV Encontro Anual da ANPOCS

Equidade no ensino superior brasileiro¹

GT 02 – Educação e sociedade 2000

Coordenadoras: Clarissa E. Baeta Neves (UFRS); Arabela C. Oliven (UFRGS) e Neusa Gusmão (Unicamp).

3ª Sessão: O sistema de ensino superior e as transformações recentes

Autores: Helena Sampaio, consultora na área de educação superior, pesquisadora vinculada ao NUPES/USP até junho de 2000.

Fernando Limongi. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Haroldo Torres, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

¹ Este trabalho apóia-se nos principais resultados da pesquisa Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro, realizada no Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, com o apoio da Ford Foundation, junho de 2000. Participaram desta pesquisa Helena Sampaio, Fernando Limongi. E Haroldo Torres. Os dados completos da referida pesquisa constam da publicação Equidade e heterogeneidade no Ensino superior no Brasil, Documento de Trabalho NUPES, 00/2000. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

Equidade no ensino superior brasileiro

Introdução

Embora presente no debate contemporâneo, o tema da equidade nas oportunidades educacionais, especialmente no ensino superior, é pouco analisado no Brasil². Esporadicamente, estudiosos do ensino superior, dirigentes de instituições e autoridades são chamados para se pronunciarem acerca de fatos que, direta ou indiretamente, remetem a essa questão.

Dois fatos recentes sobressaem como catalisadores de apresentações públicas de opiniões. O primeiro é a instituição do Exame Nacional de Cursos (Provão), ou seja, as notas obtidas pelos concluintes de cursos superiores anualmente avaliados pelo Ministério da Educação. A clivagem entre estudantes pobres/estudantes ricos, a dualidade setor privado (financiado pelos alunos) e setor público (gratuito) no sistema de ensino superior constituem, normalmente, os principais elementos explicativos para as diferenças de desempenho dos formandos no Provão. O segundo fato é a discussão, cada vez mais presente na imprensa e nas arenas decisórias de formulação de políticas para o ensino superior, em torno da possibilidade de se instituir cotas nas universidades públicas (federais e estaduais) para pessoas da raça negra e para jovens oriundos de escolas públicas de nível médio. Argumentando-se contra, ou a favor, da existência desses mecanismos compensatórios, diferentes atores do sistema de ensino superior apresentam seus entendimentos nada consensuais acerca da equidade nas oportunidades educacionais. Na realidade, ao se discutir diferenças educacionais no País, diferenças de perfil socioeconômico e de desempenho dos universitários tangencia-se o tema equidade no ensino superior.

Na agenda de políticas para o ensino superior, o tema aparece em dois contextos distintos:

² Constituem exceção, nesse quadro, os grupos de estudos ligados a organizações de minorias, em particular, da raça negra. Todavia, além de pouco numerosos e recentes, boa parte dos estudos tentem a considerar o tema da equidade no ensino superior, evidentemente, da perspectiva das oportunidades educacionais restritas de pessoas da raça negra Ver Maggie, Y. (1998);; Teixeira, M.P (1998).

no primeiro, de forma quase operacional, trata-se da equidade mediante estudos pontuais voltados para subsidiar a reformulação da política de crédito educativo para universitários sem recursos para arcarem com taxas e anuidades cobradas por estabelecimentos privados; no segundo, o tema é tratado de forma indireta, ou seja, no contexto da iniquidade do sistema educacional em seu conjunto. Com efeito, a gravidade da iniquidade no ensino fundamental praticamente monopolizou a política educacional nos últimos anos³.

Neste estudo sobre equidade no ensino superior, o ponto de referência é o panorama educacional dos jovens brasileiros em idade de cursar este nível de ensino; entende-se que a questão da equidade – ou sua falta - no ensino superior deve ser considerada no contexto da relação entre inclusão e exclusão dos jovens no sistema educacional como um todo.

O presente texto tem como base os principais resultados de uma pesquisa, com o mesmo título, realizada no NUPES/USP. Nesta pesquisa, foram utilizadas duas fontes de dados:

1. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 1997 (IBGE, 1998). A análise desses dados permitiu construir um panorama geral sobre a situação educacional da juventude brasileira na faixa de 18-24 anos, identificando as características gerais dos jovens excluídos e incluídos no ensino superior.
2. Dados do Exame Nacional de Cursos, realizado pelo INEP/MEC, no ano de 1999. A análise estabeleceu correlações entre nota obtida pelo concluinte na Prova Geral⁴ do Exame Nacional de Cursos, suas características socioeconômicas, região geográfica e natureza institucional e dependência administrativa do estabelecimento onde realizou

³ Na década de 90, esse gargalo transferiu-se para o ensino de nível médio em virtude do aumento do número de egressos do ensino fundamental. Nesse período, a política de expansão do ensino superior apenas respondeu à demanda que, considerando-se os fatores anteriores, manteve-se reduzida. Tanto isso é verdade que ao longo dos anos oitenta o número de matrículas de ensino superior ficou estagnado, diminuindo até em número absoluto no setor privado de ensino superior (Sampaio, 2000).

⁴ A nota da Prova Geral, como indicador de desempenho, refere-se ao tratamento estatístico dos resultados dos formandos nas provas Múltipla escolha e Discursiva.

o curso⁵. Em relação a esses dados, o objetivo é discutir duas questões:

- Em que setor - público ou privado - e em que cursos, dentre os avaliados no Provão de 1999, constata-se maior e menor equidade?
- Que fator(es) - região geográfica, dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento, atributos socioeconômicos do formando - apresentam maior relação com o seu desempenho na Prova Geral?

O presente estudo possibilita identificar fissuras (em termos de cursos, turnos, tipos de escola, etc.) no sistema de ensino superior para o acesso de estudantes oriundos de grupos de renda mais baixos ou sem tradição familiar em ensino superior. Permite, ainda, discutir em que medida a configuração do sistema de ensino superior brasileiro – sua dualidade (setor público e privado), sua organização institucional (universidades, centros universitários ou escolas isoladas), sua distribuição regional e condições de oferta (cursos, turnos, entre outros) - modulam, restringindo ou ampliando, as possibilidades de acesso dos diferentes grupos sociais ao ensino superior e o desempenho acadêmico de seus concluintes.

1. Acesso ao ensino superior no contexto da escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos

Em 1997, o Brasil tinha um total de 19,6 milhões de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, IBGE, 1998). Em termos relativos, trata-se de uma das maiores gerações de jovens já observada na história brasileira, correspondendo a 12,5% do total da população que, em 1997, era de 157 milhões. Em termos absolutos, o tamanho populacional da juventude nesta faixa de idade – quase 20 milhões de pessoas - é superior à população de países como o Chile, Portugal e Grécia.

⁵ Em 1999, foram avaliados os concluintes de 2.151 cursos superiores, distribuídos em 13 áreas da Graduação (Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária, Odontologia, Engenharia Elétrica, Jornalismo, Letras, Matemática, Economia, Engenharia Mecânica e Medicina), totalizando 160.018 inscritos presentes no Exame. O número de 2.151 cursos representa a totalidade de cursos que inscreveram seus graduandos no Provão e não o universo dos cursos existentes no País (INEP/MEC, 1999a).

Em comparação com as gerações anteriores, a juventude hoje é predominantemente urbana, alfabetizada e mais escolarizada que a de seus pais, apesar dessa escolaridade ainda ser muito baixa. Com base nos dados da PNAD de 97, 53,5% do total de jovens sequer tinham completado o ensino fundamental (tinham menos de 8 anos de estudo) e apenas 22,8% haviam completado o ensino médio (11 anos de escolaridade ou mais) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos, segundo níveis de instrução e freqüência à escola. Brasil, 1997.

Escolaridade e freqüência à escola	Porcentagem	Números absolutos
0 a 7 anos de estudo	53,5	10.457.123
8 a 10 anos de estudo	23,2	4.635.924
11 anos de estudo	16,4	3.213.020
12 anos e mais	6,3	1.240.144
Total	100,0	19.546.211
Freqüenta a escola - 0 a 7 anos de estudo	31,9	1.817.656
Freqüenta a escola - 8 a 10 anos de estudo	41,2	2.343.234
Freqüenta a escola - 11 anos de estudo	11,7	663.549
Freqüenta a escola - 12 anos de estudo e mais	15,2	866.849
Freqüenta a escola	100,0	5.691.288
Não freqüenta a escola - 0 a 7 anos de estudo	62,5	8.639.467
Não freqüenta a escola - 8 a 10 anos de estudo	16,6	2.292.690
Não freqüenta a escola - 11 anos de estudo	18,4	2.549.471
Não freqüenta a escola - 12 anos de estudo e mais	2,7	373.295
Não freqüenta a escola	100,0	13.854.923

Fonte: IBGE, PNAD-97.

Dois problemas influem nesse quadro: a saída precoce do sistema educacional e o atraso escolar quando se relaciona série/idade. De fato, quase 14 milhões de jovens na faixa etária considerada já tinha saído da escola em 1997 e boa parte dos que nela permaneciam apresentavam atraso escolar significativo⁶.

⁶ Dos cerca de 6 milhões de jovens que ainda estudavam em 1997, 31,9% ainda estavam freqüentando o ensino fundamental e 41,2%, o médio.

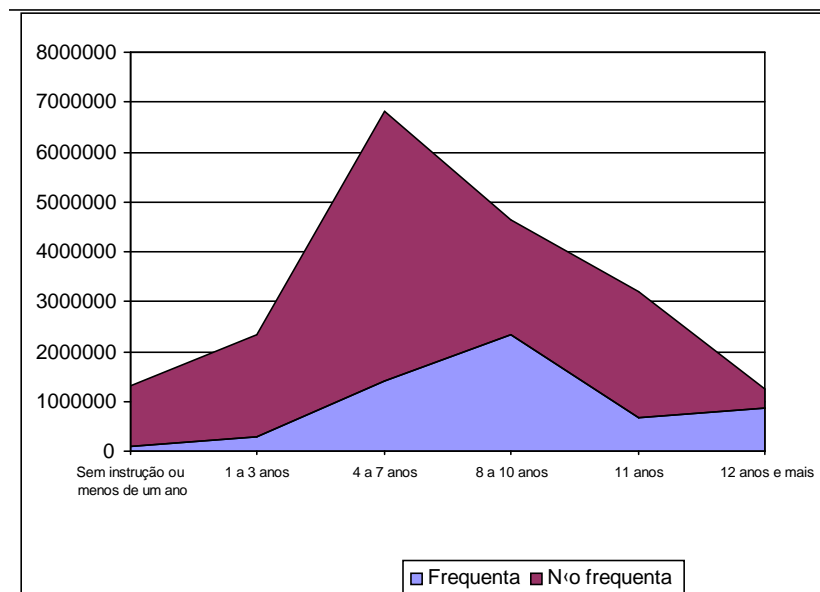


Figura 1 - Jovens de 18 a 24 anos segundo escolaridade e frequência à escola Brasil, PNAD97

A Figura 1 mostra dois aspectos importantes da dinâmica de inclusão dos jovens do sistema educacional. Primeiro, é que a grande parte dos jovens que não frequentam a escola nem sequer concluiu o ensino fundamental. O segundo aspecto é que a frequência à escola é muito mais significativa entre os jovens que atingiram os níveis mais elevados de escolarização (12 anos ou mais). Dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 22,8% tinham completado o ensino médio em 1997 e apenas um conjunto muito pequeno estava no ensino superior (6,3%), tendo atingido 12 anos de estudo ou mais (Tabela 1).

A rigor, o público universitário é constituído por aproximadamente 1,9 milhões de jovens⁷, englobando os que tem 12 anos de estudo e mais (1,24 milhões de pessoas) e aqueles que têm 11 anos de estudo e ainda estudam (664 mil).⁸ Este grupo de 1,9 milhões corresponde a apenas 9,7% do contingente de jovens de 18 a 24 anos⁹. Cabe destacar, porém, que uma outra parcela importante de jovens poderia vir a ingressar no ensino superior, constituindo a clientela potencial do ensino superior; essa importante parcela engloba os 2,5 milhões de jovens que concluíram o ensino médio (11 anos de estudo) e que não estão atualmente estudando e os 2,3 milhões de jovens que, na faixa de 18 a 24 anos, ainda estão cursando o ensino médio (8 a 10 anos de estudo).

Em outras palavras, existia, em 1997, 4,8 milhões de jovens que estavam cursando ou que, embora tivessem já concluído o ensino médio não tinham ingressado no ensino superior. Essa significativa parcela corresponde a 24,5% do total de jovens de 18 a 24 anos no País.

Escolaridade dos jovens, escolaridade dos pais, renda familiar e cor – Escolaridade dos pais, renda familiar e cor são fatores que condicionam as possibilidades de um jovem concluir o ensino médio e, portanto, estar apto para ingressar no ensino superior.

A Tabela 2 mostra a distribuição dos jovens segundo escolaridade da mãe, renda familiar e cor. Os dois principais aspectos constatados nessa tabela são:

- Em num extremo da distribuição, apenas 2,9% dos jovens da cor preta ou da parda, filhos de mães com baixa escolaridade (0 e 3 anos de estudo) e com renda familiar de até dois salários mínimos tinham conseguido concluir o ensino médio; no outro extremo, 80,4% dos jovens brancos, filhos de mães com mais de 11 anos de estudo e com renda familiar superior a 20 salários mínimos tinham completado o ensino médio em 1997 .

⁷ O número de 1,9 milhões de jovens entre 18 e 24 anos corresponde a 86,4% de um total de 2,2 milhões de estudantes universitários, total que computa pessoas acima de 24 anos e mesmo abaixo de 18 anos.

⁸ A denominação "público universitário" utilizada inclui os jovens de 18 a 24 anos que estão matriculados no ensino superior, jovens com 11 anos de estudo e que, embora estudando, não estão cursando o ensino superior. Parte destes últimos pode estar freqüentando cursos pré-vestibulares ou cursos de curta duração, ou ainda, fora da educação formal, de caráter tecnológico/profissionalizante. De qualquer modo, faz sentido incluí-los no chamado "público universitário".

- As variáveis renda familiar, cor e escolaridade materna associam-se a maiores níveis de escolaridade dos jovens. De fato, quando as variáveis cor e escolaridade materna são mantidas constantes, verifica-se que quanto mais elevada a renda familiar, maior será a proporção de jovens com mais anos de escolaridade. Da mesma forma, mantidas constantes as variáveis renda familiar e escolaridade da mãe, constata-se que os jovens brancos têm mais anos de escolaridade que os jovens de cor preta ou parda.
- Finalmente, quando se mantêm constantes as variáveis renda familiar e cor, constata-se que os jovens filhos de mães mais escolarizadas são mais escolarizados. Isso nos leva a inferir que a variável cor tem um peso menor do que as variáveis renda familiar e escolaridade materna no quadro de possibilidades do jovem atingir níveis mais elevados de escolaridade.

Diante desse quadro indaga-se: as desigualdades na escolaridade dos jovens estariam, ao longo do tempo, aumentando ou diminuindo?

Diferenciais de escolaridade entre pais e filhos, segundo cor e renda familiar, apontam para um cenário de menor desigualdade educacional por renda e idêntica ou maior desigualdade educacional por cor. Destaca-se, no entanto, que atualmente o diferencial mais acentuado refere-se à renda familiar. Cabe também lembrar que a questão da evolução educacional entre gerações não se restringe às estratégias das famílias, mas reflete políticas educacionais adotadas ao longo de períodos mais largos de tempo. Conforme mencionado antes, os dados educacionais relativos aos jovens de 18 a 24 anos, em 1997, podem estar refletindo problemas ocorridos na oferta de ensino fundamental nos anos 80.

⁹ Segundo os dados do IBGE (1998), o percentual de jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos cursando o ensino superior era de 7,8%. A proporção de 9,7% mencionada refere-se ao que se denominou "público universitário", que engloba os alunos de cursos pré-vestibulares e os jovens nesta faixa etária que já se formaram.

Tabela 2 - Jovens de 18 a 24 anos, segundo renda familiar, cor, escolaridade da mãe e escolaridade dos jovens. Brasil, 1997.

Renda familiar	Escolaridade dos jovens				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos e mais	
Cor preta ou parda - 0 a 3 anos de estudo da mãe					
0 a sm	45,6	39,7	11,8	2,9	100,0
2 a 5 sm	36,2	40,9	16,4	6,6	100,0
5 a 10 sm	20,6	42,7	25,3	11,4	100,0
10 a 15 sm	10,8	39,2	30,1	19,9	100,0
15 sm a 20 sm	16,0	29,0	29,3	25,7	100,0
20 sm e mais	8,0	18,7	37,2	36,1	100,0
Cor preta ou parda - 4 a 7 anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	20,1	47,8	24,1	8,0	100,0
2 a 5 sm	14,5	43,6	29,6	12,4	100,0
5 a 10 sm	7,7	37,5	29,8	25,0	100,0
10 a 15 sm	5,1	26,5	36,0	32,4	100,0
15 sm a 20 sm	7,5	25,9	36,0	30,6	100,0
20 sm e mais	3,9	18,6	44,0	33,4	100,0
Cor preta ou parda - 8 a 10 anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	14,8	37,2	37,3	10,7	100,0
2 a 5 sm	12,0	34,6	35,4	18,1	100,0
5 a 10 sm	7,1	24,9	37,4	30,7	100,0
10 a 15 sm	3,0	19,8	35,5	41,7	100,0
15 sm a 20 sm	0,0	15,0	50,8	34,3	100,0
20 sm e mais	4,4	15,8	38,3	41,5	100,0
Cor preta ou parda - 11 e mais anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	6,2	39,1	31,2	23,5	100,0
2 a 5 sm	5,6	28,3	33,2	32,9	100,0
5 a 10 sm	4,9	17,6	36,4	41,1	100,0
10 a 15 sm	2,6	10,3	37,0	50,2	100,0
15 sm a 20 sm	2,0	6,9	32,2	58,9	100,0
20 sm e mais	2,2	8,3	26,5	63,1	100,0
Cor branca - 0 a 3 anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	34,6	46,8	14,7	4,0	100,0
2 a 5 sm	23,8	43,9	20,1	12,2	100,0
5 a 10 sm	13,7	37,1	28,9	20,4	100,0
10 a 15 sm	6,5	30,6	27,4	35,5	100,0
15 sm a 20 sm	5,4	26,4	34,9	33,3	100,0
20 sm e mais	5,5	22,9	27,6	44,1	100,0
Cor branca - 4 a 7 anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	12,4	46,5	29,5	11,7	100,0
2 a 5 sm	8,2	36,0	33,8	22,0	100,0
5 a 10 sm	4,4	29,7	32,7	33,2	100,0
10 a 15 sm	4,5	21,6	30,0	44,0	100,0
15 sm a 20 sm	1,0	15,4	30,6	53,0	100,0
20 sm e mais	0,7	17,6	29,0	53,0	100,0
Cor branca - 8 a 10 anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	6,9	29,6	40,3	23,26	100,0
2 a 5 sm	4,8	24,6	36,3	34,41	100,0
5 a 10 sm	4,5	17,9	36,2	41,39	100,0
10 a 15 sm	2,4	13,6	32,0	52,05	100,0
15 sm a 20 sm	0,2	7,8	34,3	57,69	100,0
20 sm e mais	0,9	3,4	27,5	68,21	100,0
Cor branca - 11 e mais anos de estudo da mãe					
0 a 2 sm	7,3	20,1	33,9	38,76	100,0
2 a 5 sm	2,1	17,4	40,0	40,54	100,0
5 a 10 sm	3,3	11,7	29,9	55,16	100,0
10 a 15 sm	2,1	5,6	28,7	63,64	100,0
15 sm a 20 sm	1,8	5,9	26,5	65,80	100,0
20 sm e mais	0,8	2,6	16,2	80,42	100,0

Fonte: IBGE, PNAD-97.

2. Equidade no sistema de ensino superior brasileiro

Conforme vimos, indicadores educacionais de jovens de 18 a 24 anos no Brasil mostram a grande heterogeneidade da juventude e as agudas desigualdades educacionais existentes. Da perspectiva de um estudo sobre equidade ou sua ausência no ensino superior os resultados apresentados têm implicações importantes.

Os jovens que completam o ensino médio – portanto, em condições de ingressar no nível superior – provêm, em geral, de famílias mais ricas do que a média da população, são mais freqüentemente brancos do que a média da população e são filhos de pais com mais escolaridade do que a média. Subsidiariamente, são mais freqüentemente do sexo feminino e residentes no Sudeste e Sul do Brasil¹⁰. Decore daí que a cada nível mais elevado de escolaridade, o sistema educacional torna-se mais seletivo.

Ressalta-se, todavia, que mesmo no interior do grupo que conclui o ensino superior, existem diferenças socioeconômicas significativas distinguindo jovens que cursaram cursos diurnos ou noturnos, instituições públicas ou privadas, cursos de Engenharia, Medicina ou Letras, entre outros aspectos. A seção que se segue trata dessas questões com base nos dados do Exame Nacional de Cursos (Provão) de 1999.

- **Características dos formandos de 1999**

Os registros do Exame Nacional de Cursos (Provão) do ano de 1999 abrangem cerca de 146 mil formandos, distribuídos em 13 diferentes áreas da Graduação. Administração, Direito e Letras são os cursos com maior número de alunos participando do Provão; em conjunto, totalizam 90 mil (ou 62,2%) do universo de formandos os que realizaram o Exame em 1999 (Tabela I, no Anexo).

¹⁰ Quando se tem como referência um corte mais restrito - apenas os jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino superior - os dados ainda são mais impressionantes. Segundo a PNAD-97, os poucos jovens (1,3% do total) que já tinham concluído o nível superior na faixa etária entre 18 e 24 anos, ou seja que apresentavam 15 anos de estudo e mais eram quase todos brancos (86,6%), provinham de famílias com renda elevada (renda familiar média de 3.400 reais em 1997) e tinham pais com mais anos de escolaridade (10,6 anos de escolaridade média do pai). Esses jovens residiam predominantemente no Sudeste do país (59,5%) e eram, em grande parte, residentes em regiões metropolitanas (48,3%).

Quanto à distribuição geográfica, os formandos são, em sua maioria, das Regiões Sudeste e Sul, respectivamente 61,0% (89 mil) e 16,4% do total (24 mil alunos). Os cursos avaliados no Provão distribuem-se de forma pouco equilibrada nas diferentes regiões geográficas: enquanto no Sudeste os formandos na área das engenharias (Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica) chegam a quase 10 mil alunos (11,1% do total do Sudeste), na Região Centro-Oeste somam apenas 546 (5,2% do total regional).

Destes dados gerais do Provão de 1999 também ressalta a forte presença do setor privado no sistema nacional de ensino superior. Do total de concluintes, 32,7% eram oriundos de estabelecimentos públicos (universidades ou estabelecimentos não universitários)²³. A participação do setor privado apresenta, no entanto, destacadas variações regionais. Enquanto na Região Nordeste, 60,1% eram oriundos de estabelecimentos públicos, na Região Sudeste, eles representavam apenas 21,9% do total de formandos (Tabela II no Anexo).

A baixa presença de formandos (20,6% num total de quase 30 mil) que haviam feito o curso exclusivamente no turno diurno é outro aspecto a considerar²⁴. Considerando-se que o percentual de ingressantes no turno noturno corresponde a 52,6% do total²⁵, os dados de turno fornecidos pelos formandos - em que 79,4% afirmam ter cursado em algum momento o turno noturno - aponta para o uso de diferentes estratégias que combinam classes diurnas e noturnas ao longo do curso. Constata-se também que os formandos que declararam ter estudado exclusivamente no turno diurno são mais numerosos nas universidades públicas do que nas escolas isoladas, públicas inclusive. Analogamente, a proporção de formandos que tinham estudado exclusivamente no turno diurno - 29,0% - é maior na Região Nordeste do que na Sudeste -18,2% - (Tabela III no Anexo) .

Em suma, as condições de oferta do ensino superior no Brasil, em termos de estabelecimentos públicos e privados, cursos e turnos, são muito diferenciadas nas várias regiões geográficas. Para melhor caracterizar essas diferenças, apresentamos o perfil dos formandos que

²³ Considera-se "estabelecimento não universitário" as instituições de ensino superior que não se definem como universidades. Os estabelecimentos não universitários podem ser públicos (federal, estadual e municipal) ou privados no que diz respeito à dependência administrativa. Quanto à natureza institucional, os estabelecimentos não universitários englobam centros universitários, faculdades integradas, faculdades e escolas isoladas.

²⁴ Não constam do banco de dados do Exame Nacional de Cursos informações sobre o turno predominante em que o aluno fez a Graduação.

²⁵ No setor público de ensino superior, os ingressantes no turno noturno correspondam, em 1997, a 40,9% (84.156) do total de ingressantes (205.725) no setor privado. Eles representavam 56,8% (324.122) do total de ingressantes (570.306) MEC/INEP/SEEC (1998).

realizaram o Provão em 1999 segundo as variáveis sexo, idade, estado civil, cor, condição de trabalho e renda familiar.

Sexo, idade e estado civil dos formandos - A participação de formandos mais jovens, do sexo masculino e solteiros, é maior nas universidades públicas do que nas demais instituições. Enquanto 57,0% dos formandos de universidades públicas tinham entre 18 a 24 anos, nas faculdades ou escolas privadas a proporção de formandos nesta faixa etária era de 47,7% (Tabela 3). Todavia, comparando-se proporções de formandos nesta faixa nas universidades públicas e nas privadas as diferenças são pouco significativas. Nestas últimas, o percentual está em torno de 55,0%, bem próximo ao encontrado nas universidades públicas.

Tabela 3 – Formandos por sexo, idade, estado civil, dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Brasil, 1999.

Sexo, idade e estado civil	Universidade pública	Instituição não universitária pública	Universidade privada	Instituição não universitária privada	Total
Masculino, 18 a 24 ^a , solteiro	27,0	19,5	20,4	17,2	21,1
Feminino, 18 a 24 ^a , solteiro	24,6	29,2	28,7	24,6	26,4
Masculino, 18 a 24 ^a , casado (*)	2,2	1,9	1,8	1,9	1,9
Feminino, 18 a 24 ^a , casado (*)	3,2	5,0	3,1	4,0	3,5
Masculino, 24 ^a e mais, solteiro	15,1	12,3	13,6	12,4	13,6
Feminino, 24 ^a e mais, solteiro	9,9	10,5	11,1	12,5	11,2
Masculino, 24 ^a e mais, casado (*)	10,2	9,2	11,2	14,2	11,7
Feminino, 24 ^a e mais, casado (*)	7,8	12,2	10,2	13,2	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

(*) Casado, separado ou viúvo.

Constata-se também na Tabela 3 que a proporção de solteiros varia entre o mínimo de 54,0% nas faculdades ou escolas privadas e o máximo de 76,6% nas universidades públicas. A participação de formandas mulheres é ligeiramente mais elevada que a de homens também. A presença feminina oscila entre um máximo de 56,9% nas faculdades ou escolas públicas e um mínimo de 45,5% nas universidades públicas. Por sua vez, as mulheres são majoritárias na faixa etária de 18 e 24 anos e menos numerosas entre os formandos com mais de 25 anos.

Os formandos homens são majoritários nas universidades públicas (54,5%). O mesmo fenômeno pode ser observado nos cursos mais concorridos, como nos de Engenharia, Medicina e Direito, por exemplo. Por outro lado, no setor privado, em alguns desses mesmos cursos, constata-se uma distribuição mais equilibrada dos formandos por sexo. Esses resultados parecem apontar para dois aspectos de algum modo complementares. O primeiro é a existência de alguma forma de discriminação nas universidades públicas no acesso da mulher a algumas carreiras mais competitivas, voltadas para a formação de profissões tradicionais (Schwartzman, 1990), como Medicina, Engenharia e Direito. O segundo aspecto é que essa discriminação parece ser compensada pelas instituições de ensino superior particulares; nestas escolas, parecem existir algumas brechas que estariam concorrendo para um maior equilíbrio, nessas mesmas carreiras, entre o número de formandos homens e mulheres. As razões dessa distribuição singular não podem ser estabelecidas com os dados disponíveis.

Em síntese, os dados dos formandos por sexo, idade e estado civil configuram um quadro muito heterogêneo dos estudantes de ensino superior no Brasil. De certa forma, os formandos das universidades públicas, considerados em seu conjunto e não os separando por curso, ainda apresentam um perfil mais "clássico", que corresponde, em grande medida, à imagem tradicional do estudante universitário. São, em sua maioria homens, mais jovens e solteiros. Perfil oposto apresentam os formandos das faculdades e escolas privadas: grande proporção de mulheres, de indivíduos com mais de 25 anos e de pessoas casadas¹¹.

A cor dos formandos do ensino superior - Dos formandos que realizaram o Provão em 1999, apenas 15,3% declararam ser negros ou pardos; 80,8% declararam ser brancos. A distribuição dos formandos segundo raça¹² varia segundo a faixa etária e as características da instituição de ensino superior (pública e privada, universidades e estabelecimentos não universitários) na qual concluíram o curso.

¹¹ Para Simon Schwartzman (1988 e 1990) um dos principais fatores da expansão do setor privado de ensino superior nos anos setenta foi o aumento da demanda por esse nível de ensino, a qual passa a incorporar mulheres, pessoas mais velhas e casadas inclusive. Trinta anos após o início da expansão do sistema de ensino superior, constata-se que esse segmento do setor privado constituído pelas escolas e faculdades privadas ainda continua atendendo uma clientela com características muito semelhantes às dos demandantes de ensino superior dos anos sessenta e setenta.

¹² Refere-se à raça e não à cor porque os dados referem-se não só aos brancos, negros e pardos, mas às pessoas das raças amarela e indígena.

Por um lado, a proporção de formandos negros ou pardos era maior entre os formandos com 25 anos ou mais (19,3%) do que entre os que estavam na faixa etária de 18 a 24 anos (11,9%). A constatação - coerente com o quadro geral de escolaridade dos jovens - remete à existência de maior atraso escolar na trajetória de escolaridade dos jovens negros e pardos comparativamente à dos jovens brancos, questão já apresentada anteriormente. Por outro lado, constata-se que são as universidades públicas que mais formam estudantes negros ou pardos (20,1%). Já nas universidades privadas, o percentual de formandos negros e pardos é da ordem de doze por cento (Tabela III, no Anexo).

Ao se discutir maior ou menor equidade no acesso ao ensino superior, dados sobre a presença de negros e pardos nesse nível de ensino são fundamentais. Uma das questões que se apresenta é até que ponto esses resultados estariam realmente refletindo a existência de uma menor discriminação racial nas universidades públicas ou, ao contrário, seriam apenas reflexo da formação da população em termos raciais nas diferentes regiões geográficas?

De acordo com os dados (Figuras A e B, no Anexo), em todas as regiões geográficas, as universidades públicas apresentam uma menor proporção de formandos brancos do que as universidades privadas e os estabelecimentos não universitários. O fenômeno se verifica tanto entre os jovens de 18 a 24 anos, quanto entre os formandos com 25 anos ou mais, lembrando que neste caso a proporção de brancos é menor que a de negros e pardos.

Em suma, as universidades públicas, apesar de apresentarem maiores proporções de estudantes em cursos exclusivamente diurnos, maiores proporções de estudantes do sexo masculino e mais jovens, são elas que também estão formando uma parcela maior de estudantes negros e pardos. Resta avaliar se o que está ocorrendo deriva do modo como se dá a distribuição de renda familiar entre os formandos ou caracteriza uma especificidade da instituição pública de ensino superior no sentido de ser mais permeável ao ingresso de estudantes negros e pardos.

Formandos e jornada de trabalho quando ainda eram estudantes - Dos formandos que realizaram o Provão em 1999, quase um terço trabalhou em período integral durante a maior parte do curso de Graduação; esta proporção é superior a 40,0% entre os formandos que

freqüentaram curso noturno e não atinge 10,0% entre os formandos que estudaram exclusivamente no turno diurno¹³ (Tabela G, no Anexo).

Com exceção de um subconjunto formado por filhos de famílias com renda mais elevada e que estudaram exclusivamente no turno diurno, a grande maioria dos formandos trabalhou durante o curso de Graduação. Mas deve ser notado que mesmo dentre os que não trabalharam quarenta horas semanais, boa parte (47,0% nas universidades públicas e 40,0% nas universidades privadas) teve algum contato com o mundo do trabalho mesmo fazendo parte do grupo de renda mais elevada (Tabela G, no Anexo).

Constata-se, ainda, que são os estabelecimentos não universitários privados que têm as maiores proporções de estudantes que trabalharam mais de vinte horas durante seus cursos de Graduação. O dado parece ser coerente com os dados de maior idade média, estado civil (boa parte já casados) dos que estavam se formando nesses estabelecimentos.

De alguma forma previsível, os dados mostram que o trabalho em período integral é mais freqüente entre os formandos de renda familiar mais baixa (0 a 10 salários mínimos) e os oriundos de instituições privadas (universidades e estabelecimentos não universitários) (Tabela G, no Anexo). De todos os formandos que realizaram o Provão em 1999, foi entre os oriundos das universidades públicas que se encontra a menor proporção de estudantes que trabalharam em horário integral, independentemente de renda familiar e do turno do curso que freqüentavam. Isto não implica afirmar que estas instituições sempre abrigam maior proporção de estudantes que não trabalham. No caso dos estudantes do ensino diurno e com renda familiar entre 0 a 10 salários mínimos, por exemplo, a proporção de pessoas que não trabalharam era menor na universidade pública (41,2%) do que na universidade privada (44,3%). Caberia examinar as diferenças da natureza do trabalho que os formandos realizaram durante o curso¹⁴; os dados disponíveis, contudo, não permitem aprofundar a análise.

¹³ A variável utilizada foi carga horária remunerada (sem incluir estágio), que o estudante cumpriu na maior parte do curso.

¹⁴ De um lado, um aluno pode exercer atividade remunerada há algum tempo e financiar seus próprios estudos em uma área não diretamente relacionada com a do seu trabalho. Neste caso, já trabalhando, o objetivo do estudante seria melhorar ou redefinir sua inserção no mercado de trabalho. De outro lado, o aluno pode ter sua primeira experiência no mercado de trabalho após o ingresso no ensino superior, desenvolvendo atividades relacionadas ao seu curso de Graduação. Neste caso, a atividade de trabalho é um passo inicial na carreira profissional. Sem dúvida, existe uma diferença muito grande entre um(a) estudante empregado(a) como secretário(a) ou vendedor(a) que mantém suas atividades profissionais enquanto cursa uma faculdade de Direito e um(a) jovem que trabalha e entra para um escritório de advocacia durante o curso.

Os formandos e a renda familiar - As instituições públicas estão sobre-representadas nos grupos de renda mais baixa. Enquanto no total de formandos, 32,4% são oriundos de universidades ou faculdades públicas, no grupo de formandos com renda de 0 a 3 salários mínimos, a proporção de originários de instituições públicas é de 49,7%. Analogamente, os formandos oriundos dos estabelecimentos privados estão representados nos grupos de formandos de renda familiar mais elevada. Enquanto no total de formandos, 67,6% cursaram instituições privadas, no grupo de formandos de renda de 50 salários mínimos e mais, 75,7% são originários de instituições privadas.

Tabela 4 – Formandos por renda familiar, idade, dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Brasil, 1999

Dependência administrativa,natureza institucional do estabelecimento e faixa etária	0 a 3 sm	3 a 10 sm	10 a 20 sm	20 a 50 sm	50 sm e mais	Total
Pessoas de 18 a 24 anos	42,4	45,5	50,1	59,1	70,4	52,9
Universidade pública	15,7	13,7	14,5	16,7	16,6	15,1
Estabelecimento não universitário público	6,2	4,2	3,1	2,6	1,7	3,3
Universidade privada	8,0	13,3	18,5	25,2	33,4	19,9
Estabelecimento não universitário privado	12,5	14,3	13,9	14,6	18,6	14,6
Pessoas de 25 anos e mais	57,6	54,5	49,9	40,9	29,6	47,1
Universidade pública	21,6	15,5	11,1	8,1	5,3	11,4
Estabelecimento não universitário público	6,2	3,9	2,4	1,6	0,6	2,6
Universidade privada	14,0	16,9	18,4	16,9	14,5	16,9
Estabelecimento não universitário privado	15,9	18,3	18,0	14,3	9,2	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Os resultados, sem dúvida, ensejam novas questões na discussão da maior ou menor equidade no acesso ao ensino superior no Brasil. Se as universidades públicas são, em geral, consideradas "elitistas", ou seja, são mais restritivas no acesso e permanência de jovens oriundos de famílias pobres e/ou sem tradição em formação superior, como é que estas instituições podem estar sobre-representadas na proporção de estudantes pobres?

Uma das hipóteses parece residir na ausência de mecanismos - além do imediato que é a gratuidade do ensino superior público - que facilitassem o ingresso e permanência do estudante

pobre e muito pobre no ensino superior privado. Diante da inexistência de um sistema de bolsas de estudo mais abrangente, são as instituições de ensino superior públicas, apesar das significativas barreiras no ingresso, que ainda recebem estudantes de baixa e baixíssima renda familiar; esses estudantes, a despeito de suas condições sócio-econômicas desfavoráveis, lograram a ultrapassar essas barreiras em razão de uma multiplicidade de fatores combinados, entre eles, a formação educacional que obtiveram no ensino fundamental e médio¹⁵.

Os dados mostram também que a proporção de formandos com 25 anos de idade e mais é maior entre os formandos dos grupos de renda mais baixa independentemente do fato de a instituição que frequentaram ser pública ou privada, universidade ou não. Esses resultados sugerem coerência com os dados de atraso escolar entre os jovens pertencentes aos grupos de menor renda já apresentados anteriormente.

A constatação da existência de uma sobre representação dos formandos de origem mais pobre nas instituições públicas merece ser aprofundada. A primeira pergunta é: será que os formandos mais pobres das instituições públicas não estariam concentrados em determinadas carreiras e/ou cursos que, no contexto destas instituições, se caracterizam por serem menos concorridas, tais como Letras, Matemática, entre outros?

Os dados mostram que dentre todos os cursos avaliados no Provão em 1999, as universidades públicas apresentam maior proporção de formandos com renda familiar inferior a 10 salários mínimos e, inversamente, menor proporção de concluintes de cursos com renda familiar superior a 20 salários mínimos comparativamente às universidades privadas (Ver Figuras C e D no Anexo). Analogamente, os estabelecimentos não universitários públicos apresentam, para quase todos os cursos, maiores proporções de estudantes pobres e menores proporções de estudantes ricos do que os estabelecimentos não universitários privados (Figuras E e F no Anexo).

O que se pode depreender desses resultados? Em primeiro lugar, a existência de maior permeabilidade nos estabelecimentos públicos aos estudantes de origem mais pobre; em segundo lugar, que essa permeabilidade não se restringe a determinados cursos ou carreiras, mas é geral a

¹⁵ Segundo os dados do Provão de 1999, 23,9% dos formandos declararam ter recebido algum tipo de bolsa de estudo ao longo do curso e apenas 8,3% declararam ter obtido Crédito Educativo (CEF) ou bolsa integral da própria instituição de ensino. Nas universidades privadas, a proporção dos que tiveram Crédito Educativo ou bolsa integral da instituição atingiu 24,9%; nos estabelecimentos não universitários privados, 16,1%.

todos os cursos oferecidos pelo setor público. Essa constatação não implica negar que alguns cursos oferecidos pelo setor público sejam menos ou mais seletivos em termos do perfil sócio-econômico de seus alunos que outros. Tanto na universidade pública como na privada, cursos de Medicina e de Odontologia são os que recebem menores proporções de estudantes pobres e maiores proporções de ricos. No outro extremo, estão os cursos de Letras e de Matemática com maiores proporções de formandos oriundos de famílias de baixa renda familiar. Nas faculdades e escolas privadas, os cursos mais seletivos em termos do perfil socioeconômico de seus alunos são os de Engenharia Mecânica, Medicina e Medicina Veterinária. De qualquer modo, em todas as instituições, sejam públicas ou privadas, universidades ou faculdades e escolas isoladas, os cursos de Letras e Matemática destacam-se por apresentar maiores proporções de formandos com níveis mais baixos de renda familiar.

- **Desempenho dos formandos – a nota no Provão de 1999**

Para todos os cursos avaliados em 1999, a média de desempenho dos formandos das universidades públicas na Prova Geral¹⁶ foi superior à nota média obtida pelos formandos das demais instituições de ensino superior. Esse resultado não é novidade. Em alguns cursos, como Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia Química, as notas dos formandos das universidades públicas atingem uma diferença superior a 10 pontos (numa escala de 0 a 100) em relação às de seus colegas das universidades privadas¹⁷.

Embora as universidades públicas apresentem - na comparação com as privadas - maiores proporções de estudantes pobres em todos os cursos, seus formandos também apresentam melhores médias na nota da Prova Geral para todos os cursos. Trata-se de um resultado coerente

¹⁶ O Provão envolve duas provas de conhecimento: a de Múltipla escolha e a Discursiva (Engenharia e Jornalismo só têm questões discursivas). A nota da Prova Geral, como indicador de desempenho, refere-se ao tratamento estatístico dos resultados dos formandos nas provas Múltipla escolha e Discursiva. A nota da Prova Geral varia numa escala de 0 a 100. Observa-se, entretanto, que a nota na Prova Geral de um curso, como Medicina, não é totalmente comparável com a nota na Prova Geral do curso de Direito, por exemplo. Assim, todas as notas aqui apresentadas serão discriminadas por tipo de curso.

¹⁷ As menores diferenças de notas foram observadas para os formandos dos cursos de Jornalismo, de Administração e de Odontologia.

e inequívoco, mas que não implica afirmar que a renda familiar não tenha qualquer correlação com a nota na Prova Geral.

Vimos que formandos constituem um conjunto muito heterogêneo. As diferenças ocorrem entre instituições de origem - públicas, privadas, universidades e não universidades -, entre carreiras e entre regiões geográficas. No entanto, constata-se que em quase todos os cursos - no interior de cada categoria de instituição - os formandos oriundos de famílias de renda mais elevada apresentam melhor desempenho na Prova Geral.

Todavia, é importante notar que as diferenças de desempenho dos formandos segundo grupos de renda familiar são menos acentuadas do que as diferenças de desempenho segundo a dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Constata-se, assim, que os formandos oriundos de famílias com renda familiar mais baixa (inferior a 10 salários mínimos) que estudaram em universidades públicas apresentam - em quase todos os cursos considerados - melhor desempenho que os formandos das universidades privadas cujas famílias têm renda mais elevada (superior a 20 salários mínimos)

De todos os cursos avaliados no Provão de 1999, as diferenças de desempenho na Prova Geral dos formandos com renda familiar inferior a 10 salários mínimos e dos formandos com renda superior a 20 salários mínimos são mais pronunciadas (superiores a 5 pontos numa escala de 0 a 100) nos cursos de Matemática, Letras e Engenharias Mecânica e Elétrica. Os cursos com menor diferencial de desempenho dos formandos por renda familiar são os de Veterinária, Engenharia Química e Odontologia (Figuras G a J no Anexo).

Escolaridade dos pais e desempenho dos formandos - Para a maior parte dos cursos, vimos que a variável renda familiar tem peso menor no desempenho dos formandos no Provão do que as variáveis dependência administrativa ou a natureza institucional do estabelecimento onde o estudante se formou. Pergunta-se, agora, se as diferenças de desempenho dos formandos estariam associadas aos níveis de escolaridade de seus pais.

No conjunto dos cursos e das instituições, os formandos cujos pais são mais escolarizados obtiveram notas mais elevadas no Provão, independentemente da faixa de renda familiar em que se encontram. Formandos com pais mais escolarizados (nível médio ou superior)

em todas as faixas de renda familiar obtiveram notas mais elevadas que seus colegas com pais menos escolarizados porém com renda familiar mais elevada (Figuras K, L e M no Anexo).

Por outro lado, contudo, se os dados de notas dos formandos forem controlados pelas variáveis dependência administrativa do estabelecimento (público e privado) e faixa de renda familiar, surgem novos aspectos.

Para a maior parte dos cursos, os formandos oriundos de instituições públicas na faixa mais baixa de renda (0 a 10 salários mínimos) e filhos de pais com baixa escolaridade (nível de ensino fundamental ou menos) obtiveram notas superiores que as obtidas pelos formandos provenientes de instituições privadas, na faixa de renda mais elevada (20 salários mínimos e mais) e filhos de pais mais escolarizados (nível de ensino médio ou superior). As exceções ocorrem nos cursos de Matemática, Engenharia Mecânica (pequena diferença a favor dos concluintes de instituições privadas), Economia, Jornalismo e Administração.

Cursos diurnos e noturnos e desempenho dos formandos - Vimos que a proporção de formandos que estudou durante algum momento do curso no período noturno é maior nos estabelecimentos privados do que nos públicos. Os dados mostram os formandos que freqüentaram cursos exclusivamente no turno diurno têm melhor desempenho do que os que realizaram alguma disciplina no período noturno ao longo da Graduação. Nota-se, porém, que as diferenças de desempenho entre formandos das universidades públicas e das universidades privadas são mais pronunciadas do que as diferenças de desempenho entre os estudantes que cursaram exclusivamente turno diurno e aqueles que cursaram algumas disciplinas no noturno.

Os formandos de universidades públicas que freqüentaram alguma disciplina no noturno têm desempenho superior que o de seus colegas de instituições particulares que cursaram disciplinas exclusivamente no diurno. A exceção é o curso diurno de Economia das universidades particulares; nesses cursos, o desempenho de seus formandos é superior aos seus colegas formandos nas universidades públicas qualquer seja o turno considerado¹⁸.

¹⁸ Os diferenciais de desempenho dos formandos segundo os turnos que estudaram são pouco significativos. A constatação, contudo, deve ser recebida com cautela, pois o banco de dados do Provão não dispõe de informações relativas ao turno do curso predominante.

Formandos, desempenho na Prova Geral e regiões geográficas - No geral, o corte regional não contradiz os dados que registram melhor desempenho dos formandos das universidades públicas, independentemente do grupo de renda familiar e turno do curso.

No entanto, na comparação de desempenho entre os formandos das instituições localizadas na Região Nordeste e os oriundos de instituições do Sudeste, constata-se que os primeiros têm pior desempenho, mesmo mantendo-se sob controle as variáveis renda familiar e dependência administrativa (público e privado) do estabelecimento. Os principais resultados (Figuras N a Q, no Anexo) quando se considera o desempenho dos formandos segundo as variáveis região geográfica, renda familiar e turno do curso são:

- Os formandos das universidades públicas da Região Sudeste têm desempenho superior ao de seus colegas também de universidades públicas da Região Nordeste. Em ambas regiões, contudo, o desempenho dos formandos das universidades públicas é significativamente superior ao dos formandos das universidades privadas
- Os formandos das universidades privadas do Sudeste apresentam um desempenho superior aos seus colegas das universidades privadas localizadas no Nordeste.
- Os formandos das universidades públicas do Nordeste, para a maior parte dos cursos, apresentam um desempenho, em termos médios, comparável ao dos formandos das universidades privadas do Sudeste.
- Os formandos das universidades privadas da Região Nordeste, por sua vez, obtiveram notas muito inferiores à média nacional, independentemente da variável renda familiar (são exceção os formandos dos cursos de Medicina e Odontologia).

Resumindo, em todas as situações consideradas, constata-se que os formandos oriundos de famílias de renda mais alta (20 salários mínimos e mais) obtiveram, no geral, notas mais elevadas na Prova Geral em 1999. No entanto, as diferenças de desempenho dos formandos por grupo de renda são menos significativas do que as diferenças de desempenho observadas nos formandos segundo região geográfica e dependência administrativa do estabelecimento. Região geográfica, dependência administrativa e natureza institucional (público ou privado, universidade ou faculdade) do estabelecimento onde o estudante se formou e renda familiar são variáveis que parecem estar correlacionadas no resultado do desempenho dos formandos. Os melhores

posicionados são oriundos de famílias de renda mais elevada (20 salários mínimos e mais) e das instituições públicas da Região Sudeste; os que obtiveram pior desempenho são de famílias de renda baixa e oriundos de instituições privadas do Nordeste.

A variável renda familiar, contudo, é secundária para explicar o desempenho dos formandos no Provão. Os formandos das instituições públicas do Sudeste, oriundos de famílias de baixa renda, têm, em média, notas mais elevadas do que os formandos, posicionados em qualquer grupo de renda, das instituições privadas de qualquer região geográfica. Com efeito, as variáveis que melhor parecem se relacionar com o desempenho dos formandos em termos de notas obtidas na Prova Geral - mesmo quando controlada por renda familiar, turno do curso ou região geográfica - são a dependência administrativa e a natureza institucional do estabelecimento, ou seja, o fato de ele ser público ou privado, universidade ou estabelecimento não universitário de ensino superior.

3. Considerações finais

O acesso ao ensino superior no Brasil é muito restrito. Dos jovens entre 18 e 24 anos, somente uma pequena parcela (em torno de 9,0%) ingressa no ensino superior. As chances de ingresso estão relacionadas à renda familiar e ao nível de escolaridade dos pais. Poucos são os jovens que, oriundos de famílias com baixa renda e/ou com pais com baixa escolaridade, logram ingressar em um curso superior. No entanto, para os poucos que o fazem, os estabelecimentos públicos constituem uma alternativa para a obtenção do diploma de Graduação.

A maior proporção de formandos negros ou pardos, em que pese a reduzida participação desses segmentos no ensino superior independentemente do curso, é encontrada nas universidades públicas. Em razão da correlação entre renda familiar e cor no Brasil, os dados disponíveis apontam para o início da abertura das instituições públicas aos jovens negros ou pardos e de baixa renda. Com efeito, essa possibilidade decorre da ampliação do número de vagas e de concluintes nos níveis de escolaridade que antecedem o ensino superior, em especial no ensino de nível médio.

As universidades públicas, conforme os dados mostram, apresentam maiores proporções, comparativamente às universidades e estabelecimentos não universitários privados, de formandos com baixa renda familiar. Uma vez que esta sobre-representação das camadas de renda mais baixa nas universidades públicas ocorre em todos os cursos, tal fato não pode ser atribuído somente às características dos cursos oferecidos.

Vale observar ainda que no outro extremo da escala social, o fenômeno se inverte e assume contornos ainda mais fortes. Isto é, dos formandos com renda familiar mensal igual a 50 salários mínimos ou maior, constata-se que cerca de setenta e cinco por cento cursaram instituições de ensino superior privadas (universidades ou estabelecimentos não universitários).

Por certo, a amostra representada por aqueles que realizaram o Provão, não reproduz fielmente o universo dos formandos no ano de 1999 no País. Muitos cursos não foram incluídos na avaliação e, portanto, os dados analisados não permitem fazer inferências sobre a totalidade dos formandos. Uma descrição completa da distribuição de alunos e formandos nos estabelecimentos públicos e privados com base em seus atributos sócio-econômicos não pode ser feita com base somente nos dados disponibilizados pelo Provão. Todavia, as conclusões, ainda que referidas exclusivamente aos formandos do conjunto de cursos submetidos ao Provão são pertinentes.

Se, em geral, o acesso ao ensino superior é restrito, não há nenhum dado que indique que o setor público de ensino superior reforce a iniquidade. Parece ocorrer o contrário. Os alunos egressos das universidades públicas apresentam um desempenho médio, considerando-se a média na Prova Geral, superior ao de seus colegas dos demais estabelecimentos, não importando de suas características socioeconômicas. Assim, independentemente de sua origem social, o formando das universidades públicas tem melhor formação que os demais. Nestes termos, o ensino superior público, na ausência de um sistema de bolsas de estudo que permita aos mais pobres financiar seus estudos adequadamente, acaba funcionando como o instrumento possível para superar desigualdades ou para, ao menos, diminuir a iniquidade no sistema.

Referências bibliográficas

Cardoso, R.C.L e Sampaio, H (1994). Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 26:30-50.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1997). *Contagem da População*, 1996. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1998). *Metodologia da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios*, 1997. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Ministério da Educação (INEP/MEC), (1999a). *Provão-Exame Nacional de Cursos – Relatório-Síntese*, Brasília.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Ministério da Educação (INEP/MEC), (1999a). *Exame Nacional de Cursos*, Brasília (Base de Dados).

Maggie, Y.(1998). Universalismo, particularismo e a busca de novos caminhos para diminuir a exclusão e a desigualdade. O pré-vestibular para negros e carentes. Em: *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* em Maputo, Moçambique.

Sampaio, H. (2000). **Ensino superior no Brasil – o setor privado**. São Paulo, Hucitec/Fapesp.

Sampaio, H., Limongi, F. e Torres, H. (2000). Equidade e heterogeneidade no ensino superior no Brasil, *Documento de Trabalho NUPES*, 00/2000. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

Simon Schwartzman (1988)- Brazil:Opportunity and crisis in higher education. *Higher Education*, 17:99-119.

Simon Schwartzman (1990)- *Tradição e modernidade da universidade brasileira*. São Paulo. (mimeo).

Teixeira, M.P (1998). *Negros em ascensão social*. Rio de Janeiro. Tese apresentada no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.